

## **A PROBLEMÁTICA DO SETOR AGROPECUÁRIO FLUMINENSE E A DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL NO BRASIL – PERÍODO 1970/2006**

Bruno Leonardo Barth Sobral<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo analisa o caráter estrutural da precariedade da agropecuária fluminense. Em outras palavras, ressalta a permanência de estruturas socioeconômicas tradicionais que ainda limitam a maior introdução do capitalismo no campo. Então, enfatiza as dificuldades para uma maior interrelação de sua recente evolução com a modernização sofrida pelo setor em termos nacionais no bojo do fenômeno da desconcentração produtiva brasileira.

**Palavras-Chaves:** agropecuária; economia fluminense; subdesenvolvimento; reforma agrária; estagnação.

### **The farming and cattle raising sector problematic of Rio de Janeiro state's economy and the regional productive deconcentration in Brazil - period 1970/2006**

#### **Abstract**

The present article analyzes precarious structural character of fluminense's farming and cattle raising. In the order words, it's underline a permanence of traditional socioeconomics structures which still limit more introduction of capitalism in camp on. Therefore, this text emphasizes the difficulties to more interrelation of its recent evolution with a modernization suffer for sector in national terms through brazilian productive deconcentration phenomenon.

**Key-Words:** farming and cattle raising; fluminense's economy; undevelopment; agrarian reform; stagnation.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Instituto de Economia da UNICAMP. [brunoleo@eco.unicamp.br](mailto:brunoleo@eco.unicamp.br).

## **Introdução**

O objetivo do trabalho é analisar as grandes linhas de crescimento e transformação por que passou o setor agropecuário fluminense nas últimas décadas. Adverte-se que não tratará de uma análise exaustiva do tema, mas de apresentar uma avaliação de sua dinâmica para o período 1970-2006, enfatizando as dificuldades para uma maior interrelação com a modernização sofrida pelo setor em termos nacionais no bojo do fenômeno da desconcentração produtiva brasileira. Para isso, irá ser verificado como vem se comportando a expansão da área plantada, o grau de introjeção tecnológica, a organização fundiária, entre outras coisas.

A hipótese que se pretende defender é que a precariedade da agropecuária fluminense não deve ser interpretada como um determinismo geográfico pela fraca dotação de recursos disponíveis. Ao contrário, isso foi fruto da permanência de estruturas socioeconômicas tradicionais que ainda limitam a maior introdução do capitalismo no campo. Diante desse sério entrave estrutural, permanece com uma débil evolução no estado do Rio de Janeiro, grandemente alheio às condições mais essenciais de abastecimento, impossibilitando a criação de complexos agroindustriais, e reduzindo a capacidade de fixação da população na área rural.

O conteúdo do trabalho está organizado por uma primeira seção que tratará de uma exposição inicial sobre o tema. Examinam-se nela, em seus aspectos históricos mais gerais, a problemática do setor na economia fluminense, bem como ele se relaciona com os problemas de ordem estrutural dela. Nas seções seguintes, será discutida sua evolução ao longo das últimas décadas.

## **Aspectos históricos gerais da problemática do setor na economia fluminense**

A cidade do Rio de Janeiro desde a origem esteve integrada de forma privilegiada ao processo de acumulação primitiva do capital mercantil. Pode-se afirmar que sua economia desde a época colonial foi determinada pela acumulação mercantil, mas tendo o gasto público como um componente autônomo da demanda gerador de efeitos multiplicadores. Então, vínculos significativos da burguesia mercantil urbana

com a presença do Estado na cidade serão a sua marca indelével ao longo do tempo. Diante dessa estrutura político-econômica, ela tornou-se o centro dinâmico do país, polarizando-o em seus mais amplos aspectos. Entretanto, uma parcela significativa de sua acumulação não permitiu o maior desenvolvimento de forças produtivas. Por conseguinte, a economia da cidade ficou bastante atrelada à acumulação mercantil (comercial-financeira) associada ao fortalecimento de sua centralidade política e urbana a nível nacional, o que garantia a convergência da riqueza e escamoteava a debilidade de suas bases produtivas. O ponto nevrálgico é que não se priorizou o papel de uma política regional, mas sim o fortalecimento de sua capacidade de decisão e comando político sobre o desenvolvimento econômico nacional.

Essa contradição estrutural vai se tornar explícita quando a migração do café para o Oeste Paulista e a Mata Mineira conduziu à derrocada da cafeicultura fluminense de produtividade mais baixa. Nesse momento, diversos entraves à dinâmica produtiva do interior se tornam explícitos, entre eles se destacam (CANO, 1998):

- Modo de produção escravista, o que leva à precariedade na constituição do mercado de trabalho, altos custos fixos e imobilizados, e freio à acumulação. Então, surgem pressões violentas por começar a operar a custos crescentes.
- Falta de terras propícias ao cultivo e em quantidade necessárias ao atendimento da crescente demanda.
- Subordinação incontestável ao capital mercantil somada a ausência de um sistema financeiro capacitado de ser um promotor eficaz de uma estrutura de financiamento.

Entretanto, os efeitos da derrocada cafeeira fluminense foram atenuados na economia carioca pelos seguintes fatores (LOBO, 1977; SILVA, 2004):

- Parte das regiões produtoras nacionais ainda permaneceu tributária da estrutura urbana de serviços carioca (notadamente Minas Gerais e Espírito Santo).
- A sede administrativa do país continuou nos seus limites.
- Manteve uma elevada diversificação econômica em face do elevado processo de urbanização.

Em suma, o peso da crise da cafeicultura foi muito relativo para a cidade do Rio de Janeiro, em vista das suas funções centrais a nível nacional e da força de seu próprio mercado urbano. Ao contrário disso, essa crise atestou a estagnação do interior do estado. Isso ocorreu por dois motivos: primeiro, porque o já fraco mercado urbano nas suas cidades encolheu mais ainda; segundo, porque a agricultura com baixa capitalização não caminhou para uma expressiva diversificação. Ao contrário, ela ficou isolada e descontínua espacialmente ao longo do tempo, voltando-se para um rarefeito abastecimento de alimentos e matéria-prima para indústria de produtos alimentícios, ou perdeu espaço para a pecuária, especulação imobiliária urbana e a construção de sítios de recreio. Assim, configurou-se um território dividido entre um espaço dominado pela cidade do Rio de Janeiro e um restante estagnado, sem representatividade e entregue a dominação política de sua decadente aristocracia rural.

Inversamente a esse quadro e com a presença do dinâmico “*complexo cafeeiro*” que garantia fortes relações café-indústria (CANO, 1998), a economia paulista finca as bases definitivas do modo de produção capitalista no país, expandindo-se com um vigor a ponto de já depois da Primeira Guerra Mundial sua agricultura ser a mais tecnificada do país e sua indústria operar a custos menores comparativamente. Fica patente então que se está diante de um processo pelo qual ocorre o fim da primazia econômica do Rio de Janeiro e o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional para São Paulo diante da sua capacidade de superacumulação tanto na sua sólida agricultura como na sua importante economia urbana-industrial. Ocorrendo essa reversão da polarização econômica a nível nacional, partes do mercado cativo da economia carioca irão sendo tomadas à medida que São Paulo passa de fato a comandar um processo de integração

do mercado nacional no período.

A partir da década de 1930, esse processo de integração começa, imbricado na industrialização do país. No bojo desse processo, a economia fluminense se revelou uma estrutura econômica pouco integrada e bastante heterogênea que, conseqüentemente, patenteou uma forma de acumulação setorialmente contraditória. O seu desenvolvimento econômico passa a ter como determinantes-chaves: por um lado, o desenvolvimento do setor serviços apoiado na centralidade política e urbana, e, por outro lado, os grandes projetos industriais e infra-estrutura estatal, bem com os transbordamentos do processo industrial paulista, de quem sofre concorrência e é substituída em parte do próprio mercado. Todavia, foi se evidenciando a desarticulação e atrofia da agropecuária fluminense, que revelou, nas últimas décadas do século XX, indícios de uma estagnação ainda de difícil reversão significativa.

### **Análise da evolução do setor na década de 1970**

A partir da metade da década de 1960, importantes transformações ocorrem na agropecuária brasileira. As instituições de um novo sistema de crédito rural e de incentivos à exportação permitiram elevada incorporação de progresso técnico nas culturas agroindustriais e de exportação. Além disso, houve grandes investimentos públicos para a expansão da fronteira agrícola para o cerrado, ainda que se mantivesse em São Paulo uma concentração de culturas mais capitalizadas. Todos esses fatores permitiram uma modernização no setor que, apesar de conservadora<sup>1</sup>, aumentou fortemente a produção nacional principalmente em exportáveis e energéticos.

Contudo, a agropecuária fluminense ficou avessa a esse processo, com o declínio das lavouras para exportação e sem que a transição para lavouras voltadas para o abastecimento urbano fosse suficiente para preencher essa lacuna. Dessa forma, em vez de uma reação às tendências estagnantes que se verificavam no setor, houve uma acomodação em áreas de agricultura esparsa frente a terras exauridas pelas culturas anteriores (por exemplo, as terras do ciclo histórico da cafeicultura). Grande parte disso deveu-se a pouca atenção recebida de programas e políticas públicas a partir de então (a

exceção seria a produção de cana-de-açúcar), e por uma perspectiva ilusória de que a “vocação” do estado era somente atividades não-rurais diante da baixa produtividade das áreas de produção agrícolas. Dessa forma, não foram enfrentadas as condições precárias de produção na agricultura e seus recursos disponíveis permaneceram subutilizados.

Um dos principais fatores a reforçar essa percepção foi a vigorosa evasão de mão-de-obra, onde se verifica queda continuada da população rural, como mostra a tabela 1. Essa desatenção com a evolução negativa da atividade agrícola teve reflexos na conversão de grande parte de suas áreas em pastoril e no agravamento de problemas urbanos. Por outro lado, permaneceu um padrão de concentração da propriedade no meio rural, mantendo-se uma estrutura de relações sociais de patrimonialismo e marginalização social, o que tornou o problema da agropecuária fluminense o enfrentamento de um círculo vicioso de pobreza e ineficiência produtiva.

**Tabela 1 – Distribuição da população fluminense entre áreas urbanas e rurais**

Ano	População residente - urbana	População residente – rural
1970	87,90%	12,10%
1980	91,80%	8,20%
1991	95,30%	4,70%
2000	96,00%	4,00%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

O resultado mais escabroso dessa evolução do setor foi uma evasão significativa de renda interna pelo aumento da dependência de abastecimento de outros estados. Como lembrou José Pedroso (1949, p.14), ao se referir a economia do Antigo Estado do Rio de Janeiro:

O que denota mais significativamente o desprezo e o abandono da agricultura fluminense é que produtos alimentícios, que são cultivados em quase todos os estados do Brasil e constituem base da alimentação popular, não se cultivam no estado do Rio, senão em proporções mínimas.

É importante ressaltar que o correto trato da questão deve vincular os problemáticos resultados na esfera do consumo aos grandes desafios presentes na esfera da produção. Afinal, como ressaltou Maria Carneiro e Vanessa Teixeira (1999), permaneceu também um baixo grau de integração do setor agroindustrial com o setor de distribuição varejista. Assim, enquanto a produção agrícola ficou mais voltada para o mercado de produtos in natura, a indústria agroalimentar continuou a se abastecer em grande parte pelo comércio inter-regional e importações. Por isso, somado aos problemas específicos do meio rural que reproduzem a miséria social, ainda existe um desajuste dinâmico inter-setorial que restringe a possibilidade da agricultura responder às necessidades do mercado consumidor estadual bem como participar mais ativamente do seu esforço de industrialização.

Durante a década de 70 a sua evolução continuou a ser discrepante em relação à expansão nacional do setor: enquanto crescia à média anual de 1,8%, a nacional o fazia à de 3,8%. Logo, sua participação na produção brasileira, que já era de apenas 2,4%, reduz-se para 2,0%. Acompanhando esse processo, também se reduziu sua modesta participação na População Economicamente Ativa (PEA) do setor em termos nacionais, caindo de 2,0% para 1,5%.

Através do exame da participação na área ocupada do país, fica patente a debilidade da agropecuária fluminense. Como se pode ver na tabela 2, as atividades de avicultura e culturas como a banana e a laranja que apresentavam alguma expressividade no início da série entraram em franca decadência. Destacam-se ainda os pequenos resultados da pecuária. A única exceção é a participação da área de produção hortícola, refletindo a função fundamental que exerce no abastecimento urbano básico.

**Tabela 2 – Participação do Rio de Janeiro na área ocupada (ha) do país por produção principal (Brasil = 100%)**

Segmento econômico	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Total	1,1%	1,1%	0,9%	0,9%	0,7%
Agricultura	1,3%	1,0%	0,9%	0,9%	0,6%
Banana	20,9%	13,9%	7,3%	8,3%	-
Café	0,7%	0,4%	0,6%	0,7%	0,4%
Laranja	14,3%	10,5%	6,2%	4,6%	0,9%
Arroz	0,7%	0,4%	0,4%	0,4%	0,1%
Cana-de-açúcar	6,9%	7,2%	6,7%	4,7%	3,1%
Milho	0,9%	0,4%	0,4%	0,4%	0,2%
Pecuária	1,0%	1,1%	0,9%	0,9%	0,7%
Bovinos	1,1%	1,2%	0,9%	0,9%	0,7%
Horticultura e floricultura	19,1%	19,7%	18,7%	22,9%	15,1%
Avicultura	10,1%	4,9%	2,0%	1,3%	0,3%

Fonte: IBGE – Censos Agrícolas

É preocupante notar que sua evolução também é discrepante em relação à dinâmica estadual. Na década de 70, sua ínfima participação na renda fluminense cai de 1,8% para 1,4%, bem como sua participação na PEA fluminense cai de 8,8% para 4,3%.

Diante desse debilitamento, é importante destacar a concentração de áreas ocupadas pela pecuária majoritariamente leiteira que, além de sua expressividade, ainda apresentou tendência de crescimento. Inversamente, as principais culturas agrícolas demonstram perdas de participação, como pode ser visto na tabela 3. De uma forma geral, com a forte concorrência de economias regionais vizinhas, a monocultura foi desestimulada (por exemplo, a produção de banana e de laranja). A principal exceção foi a cultura da cana-de-açúcar que se aproveitou dos incentivos federais destinados à atividade, mantendo ainda sua participação na década de 1970. Além disso, outra exceção foram os hortifrutigranjeiros que aumentaram seu destaque.

De um modo geral, os resultados agropecuários foram bastante preocupantes por

causa dos impactos negativos sobre a evolução da indústria alimentícia fluminense e os limites para uma ocupação produtiva diversificada do interior do estado.

**Tabela 3 - Participação dos segmentos na área plantada (ha) do estado por produção principal<sup>2</sup>**

Segmento econômico	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Agricultura	46,6%	35,0%	35,5%	34,6%	29,6%
Banana	11,1%	8,1%	7,4%	8,1%	-
Café	1,9%	1,0%	1,6%	2,1%	0,9%
Laranja	3,5%	3,4%	2,7%	2,4%	0,7%
Arroz	5,9%	3,9%	3,7%	3,2%	0,4%
Cana-de-açúcar	11,4%	10,4%	11,7%	10,9%	8,3%
Milho	5,8%	1,9%	1,8%	1,7%	0,6%
Pecuária	48,1%	59,8%	59,2%	59,3%	62,4%
Bovinos	47,6%	59,1%	58,2%	57,9%	60,3%
Horticultura e floricultura	1,4%	1,9%	2,3%	3,5%	2,0%
Avicultura	0,6%	0,8%	1,4%	0,6%	0,7%

Fonte: IBGE – Censos Agrícolas

### **Análise da evolução do setor na década de 1980**

Na década de 80, a reestruturação produtiva sofrida a nível nacional permitiu a expansão da fronteira agrícola e a substituição de áreas com cultivos menos rentáveis. A elevação da produtividade obtida a partir disso beneficiou desde regiões com uma agricultura mais avançada até várias partes da periferia nacional. Avesso a esse processo, o setor agropecuário fluminense continuava tendo uma grave decadência. Por um lado, isso era explicado por ele não possuir uma grande produção voltada para exportação, logo, os estímulos do comércio internacional e das desvalorizações cambiais eram reduzidos. Por outro lado, tendo pouca competitividade, sua produção voltada para o mercado interno não aproveitava satisfatoriamente a expansão que já

estava bastante dificultada pela deterioração dos salários no período.

Dessa forma, os determinantes de sua derrocada já estavam bem mais evidentes:

- As péssimas condições de vida que levavam a uma destacada migração rural-urbana.
- A pressão urbana sobre o uso do solo face à urbanização acentuada.
- A hegemonia da pecuária extensiva, o que levava a menor utilização de mão-de-obra e a substituição significativa de lavouras por pastagens (grande crescimento das pastagens plantadas).

Os dois últimos determinantes ficam mais claros quando se desmistifica as tendências aparentemente antagônicas na estrutura de propriedade fundiária: concentração em poucos estratos de maior dimensão e multiplicação de pequenas propriedades<sup>3</sup>. Afinal, por um lado havia uma exigência de maior disponibilidade de terras para a pecuária ser realizada ainda de forma extensiva, e, por outro lado, havia uma fragmentação estimulada pela intensa especulação imobiliária nas áreas de perímetro das concentrações urbanas e pela exploração do turismo rural (sítios e fazendas improdutivas, bem como casas de veraneio). É importante ressaltar a baixa capacidade de geração de emprego nas atividades agrícolas, levando a dinâmica do emprego rural ser em boa parte dada pelas atividades não-agrícolas.

Dessa forma, permanece uma estrutura de propriedade fundiária dual: “de um lado, pequenas propriedades economicamente inviáveis constituem obstáculo para utilização eficiente de terra, de outro o latifúndio por exploração agrava o problema” (IDEG, 1976, p.44). Dito em outros termos, a ocupação consolidada de latifúndios descortina a reduzida proporção de terras tomadas por áreas de lavouras, que geralmente estão associadas a estabelecimentos de menor porte no estado. Esse quadro demonstra que o latifúndio para a pecuária, que surgiu à sombra da agricultura mercantil-exportadora, deu prosseguimento ao fenômeno da “agricultura itinerante” (CANO, 2002)<sup>4</sup> mesmo após o término daquela. Por conseguinte, o acesso à terra e a elevação de

renda de numerosos agricultores são limitados a passo de uma elevada ociosidade (baixos rendimentos médios) e, conseqüentemente, um mau aproveitamento de áreas aptas e não cultivadas num estado que já sofre de áreas agricultáveis limitadas por sua características físicas<sup>5</sup>.

Essas difíceis condições pioraram ainda mais com a forte contração do crédito rural e dos subsídios a partir da década de 1980. Ressalta-se que esse problema ganha maior dimensão para pequenas produções, como aquelas de muitos agricultores fluminenses. Entretanto, o problema foi de caráter geral, havendo uma drástica queda dos estabelecimentos que obtiveram financiamento no estado a partir de então. Assim, se os estabelecimentos contemplados eram cerca de 13,8% em 1980, já eram apenas 1,3% em 1995/96.

Além disso, correlacionando o assimétrico regime de propriedade com a utilização de equipamentos agrícolas e outros métodos tecnológicos rudimentares, encontra-se a justificativa para a baixa produtividade do trabalho nesse setor. Isso porque, os avanços que sucederam foram apenas de baixa intensidade tecnológica, o que indica os limites para uma maior reestruturação produtiva como a realizada em outros estados. Como mostra a tabela 4, na utilização de máquinas e instrumentos, somente chama atenção a utilização um pouco mais expressiva de tratores depois de 1985. Já nos métodos tecnológicos, embora haja um crescimento de todos os indicadores listados, é importante ponderar que eles não conseguiram alcançar maior parcela da área total. Em especial, a continuidade na baixa conservação do solo é um dado muito preocupante. Por isso que as dificuldades econômicas que vinham sofrendo boa parte da população rural no estado deviam-se mais a escassez de oportunidades em um meio atrasado do que o efeito de uma possível reestruturação produtiva.

**Tabela 4 – Proporção (%) de estabelecimentos agropecuários que utilizam equipamentos agrícolas e métodos tecnológicos**

Tipo	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Tratores	3,3	4,7	8	7,4	11,5
Máquinas p/ plantio	-	-	1,6	1,4	1,7
Máquinas p/ colheita	1,4	0,6	0,8	0,5	0,8
Arados de tração animal	13,8	13,2	12,1	11,3	10,2
Arados de tração mecânica	2,5	3,6	5,8	4,3	6,6
Uso de irrigação	6,1	12,6	15,4	18,5	21,7
Uso de defensivos	-	50,2	-	50,3	76,5
Uso de adubos e corretivos	23,7	26,5	-	36,2	51,1
Uso de práticas de conservação do solo	-	7,3	-	7,8	12,1

Fonte: IBGE – Censos Agrícolas

Nota: (-) dados não disponíveis

Afinal, entre 1980 e 1989, o quadro de estagnação do setor se confirmou. Apesar de apresentar uma taxa de crescimento médio positiva, ela foi apenas de 1,4% enquanto a brasileira foi de 3,2%. Por isso não foi surpresa que ainda houvesse uma ligeira redução na sua importância nacional e na sua contribuição para o PIB estadual, mesmo ambas já sendo muito pequenas. Por outro lado, embora a participação na PEA do país ficasse igual entre 1980 e 1991, houve também uma ligeira queda da participação na PEA estadual.

Cabe ressaltar que para analisar especificamente a evolução do setor na década de 1980, houve sérios problemas metodológicos pela lacuna deixada entre o Censo Agrícola de 1985 e o Censo Agrícola de 1995/96. Dessa maneira, foi possível realizar uma análise desagregada somente entre 1980 e 1985. Voltando-se as tabelas 4 e 5, poucas alterações são percebidas tanto na participação na área ocupada do país quanto na participação na área ocupada do estado. De mais significativo, apenas a importância da horticultura foi reforçada em ambas as dimensões. Destaca-se também que os incentivos ao cultivo de cana-de-açúcar não impediram perdas relativas tanto a nível

nacional como estadual.

Nesse ponto, é preciso lembrar que São Paulo consolidou-se como centro dinâmico da agroindústria sucro-alcooleira nacional. No bojo desse processo, Rosélia Piquet (2003, p.223) sublinhou que, durante o programa federal Pró-Álcool, ocorreu “a passagem de boa parte das usinas do norte-fluminense para empresários externos à região, mais interessados na aquisição das “quotas de produção” das usinas, do que em suas instalações industriais, a maioria já ultrapassadas tecnologicamente”<sup>6</sup>. Por conseguinte, assumindo definitivamente uma posição subordinada perante a modernização paulista, a participação fluminense na produção nacional de álcool caiu de 6,0% para 1,4% entre 1976/78 e 1990/91 (PACHECO, 1998, p.106).

#### **Análise da evolução do setor a partir da década de 1990**

Como visto nos períodos anteriores, a atividade agropecuária fluminense já tinha pequena expressividade e ainda entrou em franco processo de estagnação. Entre 1989 e 2004, esse processo continuou porque ela cresceu em média 1,5% ao ano enquanto a expansão nacional foi 4,0%. Sendo assim, sua participação tanto no PIB nacional como no estadual caem, respectivamente, de 1,7% para 0,8% e de 0,9% para 0,6%. Além disso, entre 1991 e 2000, ela teve perdas relativas também nas PEAs nacional e estadual.

Diante desse quadro, ainda que não se descarte as tentativas de introduzir novas dinâmicas, não é difícil supor que a resistência a mudanças mais profundas tenha permanecido. Quanto ao primeiro ponto, fica claro que os incentivos à fruticultura irrigada mostraram-se ainda inócuos. É preciso lembrar que, em meados da década de 1990, ela correspondia por apenas 12% da comercialização de frutas no mercado atacadista estadual (CAMPO, 1998). Visto que sua produção representou apenas 1,3% da produção nacional de frutas frescas em 2004, dificilmente foi alterado esse quadro de fragilidade.

Considerando as perversas características que historicamente vem se confirmando, boa parte do setor continuou presa à dinâmica da “agricultura itinerante”

(CANO, 2002). Cabe lembrar que, não tendo fortalecido suas culturas exportadoras, o setor agropecuário fluminense ficou à margem do salto que elas tiveram a nível nacional no período recente<sup>7</sup>. Esse quadro se agravou com a forte competição externa a partir da liberalização das importações em 1994. Ademais, como já visto na tabela 11, estava avançando modestamente uma reestruturação produtiva enquanto ocorria um amplo processo de modernização nacional. Soma-se a isso, as dificuldades de financiamento por conta dos juros altos e do curto crédito interno. Nesse ponto, sublinha-se que, sendo forte o número de pequenos e médios produtores, além de sérios problemas de escala, a opção de acesso a crédito internacional era praticamente nula.

Em 1995/96, é interessante esclarecer que o setor só utilizava 1/4 da área total do estado, sendo que apenas 1/16 correspondia a lavouras. Por outro lado, manteve-se uma distribuição geográfica heterogênea e desarticulada:

(...) uma produção dinâmica e tecnicamente modernizada, como os hortifrutigranjeiros da Região Serrana; regiões alvos de intensa especulação imobiliária e conseqüente conflitos agrários, como a região da Baía de Ilha Grande e a da Baixada Fluminense; regiões que combinam ociosidade da terra e a decadência rural, como o Noroeste, e regiões com predomínio da pecuária extensiva como o Vale do Paraíba, e o Norte Fluminense, onde a atividade açucareira praticamente faliu. (CARNEIRO e TEIXEIRA, 1999, p.2)

Cabe ressaltar que houve novamente sérios problemas metodológicos para analisar a evolução do setor a partir da década de 1990. Além da lacuna entre os censos agrícolas de 1985 e 1995/96, este foi o último censo realizado. Dessa maneira, com base nos dados utilizados, só foi possível fazer uma análise desagregada para esse intervalo.

Não é surpresa que a diminuta participação na área plantada do país se reduziu de forma generalizada, como mostrou a tabela 4. Destaca-se a perda relativa na horticultura, revertendo sua anterior trajetória ascendente. Todavia, sua participação na produção hortícola nacional ainda se manteve bastante elevada (15,1% em 1995/96). Ademais, com a forte queda que teve a cultura de laranja, apenas a cana-de-açúcar apresentou também participação acima de 1%. Todavia, segundo o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005), a atividade sucro-alcooleira respondia,

respectivamente, por somente 20% e 10% do consumo estadual de álcool e de açúcar no início da década atual. É importante ainda ressaltar que essa cultura vinha apresentando os rendimentos físicos mais baixos do país na atividade: por exemplo, em 1997, era só 43,6 ton/ha na região de Campos dos Goytacazes, um dos principais centros de produção do estado (FAO/INCRA apud GUANZIROLI e SABBATO, 2001).

A participação na área plantada do estado, vista na tabela 5, manteve a tendência de concentração da pecuária. Mesmo supondo que os dados estejam subestimados, houve uma redução mais acentuada de todas as principais culturas. Novamente, apenas a cana-de-açúcar teve uma participação acima de 1% na atividade agrícola (excetuando-se a horticultura).

Diante desses resultados, fica claro que a situação da produção agrícola fluminense ainda permaneceu bastante difícil. Nesse ínterim, sublinha-se que porções significativas do território estadual, especialmente nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, vem sofrendo pressões para a reconversão em áreas de silvicultura comercial, basicamente para a produção de celulose<sup>8</sup>.

Contrário a isso, a retomada do setor poderia ser possível a partir de uma agricultura diversificada e voltada para mercado urbano (principalmente o amplo mercado de sua região metropolitana), ou seja, que tivesse como objetivo a redução da dependência de outros estados no abastecimento básico de sua população. Dado os poucos recursos naturais disponíveis, essa retomada deveria passar pela exploração de produtos que não necessitem de escalas elevadas para se garantir a rentabilidade, podendo ser praticado em pequenas áreas. Por isso, seria importante o fortalecimento da produção de hortifrutigranjeiros por meio de maiores canais de comercialização para CEASAs. Nesse ínterim, destaca-se a melhor assistência que já é dada a agricultura familiar através do programa especial de crédito federal (PRONAF). Outras iniciativas nesse ponto seriam bastante válidas porque a agricultura familiar vem apresentando elevada rentabilidade em áreas reduzidas do território fluminense, como no caso da própria horticultura, enfatizados por Carlos Guanzirolí e Alberto Di Sabbato (2001).

Da mesma forma, seriam importantes novos esforços para a construção de uma indústria de produtos alimentícios mais expressiva. Com esse fim já ocorre o

desenvolvimento inicial da fruticultura irrigada nas regiões Norte e Noroeste fluminense que conta com a instalação de Processadoras e com a disponibilização de programas de financiamento especiais (Moeda Verde/Frutificar), apesar de ainda permanece restrita a uma pequena área plantada. Outra iniciativa que poderia ser enfocada seria a produção de grãos baratos, como ressaltou Carlos Lessa (2000). Isso porque, permitiria efeitos multiplicadores capazes de facilitar o aumento da avicultura e seus desdobramentos industriais. Seria válido também buscar maior agregação de valor e diversificação produtiva na atividade sucro-alcooleira. Como apontou o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005, p.93):

Isso implicaria em corrigir o foco atual (...), presente apenas nos mercados do álcool e do açúcar cristal. Torna-se necessário desenvolver sua presença nos mercados do açúcar refinado e líquido. E desenvolver o aproveitamento dos principais subprodutos do processamento da cana, o vinhoto e o bagaço da cana, utilizados para a produção de fertilizantes e para a co-geração de energia.

Além disso, deve ser bem provável o aumento da produção de cana-de-açúcar devido o grande interesse atual na produção de biocombustível (etanol). Todavia, diante de sua baixa produtividade, que acarreta elevados custos de produção da matéria-prima e capacidade ociosa nas usinas fluminenses, é forçoso lembrar as dificuldades que existiriam para superar a forte concorrência de estados vizinhos, principalmente São Paulo. Ademais, como Frédéric Monié (2003, p.273) diagnosticou, a atividade sucro-alcooleira ainda continua sem apresentar nenhuma potencial de desenvolvimento regional significativo:

Nunca emergiu no Norte Fluminense uma indústria de equipamentos e materiais agrícolas e uma rede de comercialização suscetíveis de aumentar a produtividade do setor, prospectar novos mercados e, afinal, diversificar a estrutura produtiva. Em consequência, a principal produção regional nunca saiu verdadeiramente do estágio agroexportador, ficando dependente das oscilações dos preços da commodity e da evolução da demanda.

Como outras medidas mais imediatas para a ocupação produtiva de áreas aptas, poder-se-ia mencionar: a resolução de conflitos fundiários; a regulação da ocupação do solo agrícola impondo limites à fragmentação e à construção desordenada; a

verticalização da produção por empresas comerciais como também assistência para cooperativas especializadas; superar o precário sistema de estradas vicinais que leva à dificuldade de escoamento da produção por meios de transporte adequados; e o uso mais intensivo de capital, aumentando sua modernização técnica.

Da mesma forma, é fundamental a melhoria das condições de vida da população rural, pois grande parte das áreas de exploração agrícola se situa nas áreas mais pobres do estado. Nesse sentido, é válida a “provocação” de Carlos Lessa (2000, p.122):

Não há estritamente um problema agrícola fluminense, pois do ponto de vista macroeconômico o estado do Rio não tem agricultura. Existe um macroproblema social que preserva e reproduz, em várias sub-regiões fluminenses, condições tão críticas quanto as piores situações nordestinas.

Afinal, dado o sério déficit hídrico existente, o dinamismo econômico se concentra onde existe melhor acesso à água, enquanto as áreas de sequeiro prosseguem com baixa produtividade. Por conseguinte, diante dos conflitos inerentes por sua utilização, um dos mais sérios problemas para o desenvolvimento do setor é a falta de uma política de irrigação sistemática associada à articulação regional para a regulação e a gestão dos recursos hídricos<sup>9</sup>.

### **Considerações Finais**

São inegáveis as dificuldades para se obter uma grande produção modernizada ou prosperar um complexo agroindustrial de peso pelas características estruturais apontadas somadas a forte competição de outros estados mais desenvolvidos no setor. Entretanto, é importante ponderar que sua estagnação não se deve ao insucesso das culturas de exportação fluminenses ou, no limite, à pouca disponibilidade de terras aptas e à inadequada topografia. Na verdade, isso se deve a uma organização agrária deficiente, onde há baixa capitalização e produtividade face aos entraves à maior assistência técnica, apoio financeiro e facilidades à comercialização que precisam ser superados.

O cerne do problema é o caráter tradicional em que grande parte de sua produção vem se realizando, ficando divorciada da dinâmica geral da economia. Afinal,

isso deixa seu potencial subutilizado, reduzindo a capacidade de geração de emprego rural e encarecendo o custo de reprodução da força de trabalho estadual. Dessa forma, torna-se prioritária uma responsável Reforma Agrária para alterar a base técnico-produtiva a partir de transformações na estrutura de propriedade que permitam adensar áreas e intensificar o uso da terra em vários cultivos. Dito em outras palavras, para superar a crise agrária crônica, é preciso uma Reforma Agrária que leve não à recomposição da economia de subsistência camponesa, mas que incentive o uso capitalista da terra e impeça que seja preservada sua função financeira como reserva de valor ou ativo de especulação.

Em suma, o desafio fundamental é o maior desenvolvimento do capitalismo no campo de maneira a contribuir para a acumulação produtiva no estado.

## Notas

<sup>1</sup> Conservadora no sentido atestado por Wilson Cano (2002) de perpetuação da “agricultura itinerante” (ver nota 4) e da reprodução das estruturas sociais vigentes nesses novos termos de progresso. Isso porque, apesar da elevada produtividade, continuava alta a exploração dos miseráveis trabalhadores rurais e se evitava qualquer projeto mais efetivo de reforma agrária que evitasse a manutenção de ganhos especulativos e estruturas de poder calcadas na propriedade fundiária.

<sup>2</sup> É importante mencionar a advertência feita por Maria Carneiro e Vanessa Teixeira (1999, pp. 3-4) sobre o censo agrícola de 1995-1996: “Temos que ter cuidado ao analisar os dados do último censo agropecuário (1995-1996) com os anteriores, (...) pode estar superestimados em função da mudança introduzida pelo IBGE na data de coleta de informações. Enquanto o censo de 1985 correspondia ao ano civil, o censo de 1995-96 correspondeu ao ano agrícola. Além disso, a data de coleta foi no período de agosto e novembro, em pleno momento de entressafra, quando uma parte significativa dos pequenos produtores, sobretudo os parceiros e arrendatários já não se encontravam mais nos locais de trabalho”.

<sup>3</sup> Embora extrapole esse período, é importante ressaltar que, em 1995-96, mais de 90% das propriedades eram de menos de 100 hectares e ocupavam um pouco mais de 30% da área total.

<sup>4</sup> Conceito originalmente criado por Celso Furtado (1972) para enfatizar um dos eixos centrais da análise da formação e do subdesenvolvimento da economia brasileira, mas reelaborado por Wilson Cano (2002) para atestar sua relevância mesmo no período pós-1970, caracterizando-se não apenas mais pela manutenção do atraso no setor agropecuário, mas também por novos expedientes de sua “modernização conservadora”. Refere-se às atividades agrícolas feitas com práticas degradantes à sombra da agricultura mercantil-exportadora e do latifúndio pecuário, que permitiram manter concentradas as estruturas sociais, reforçar a pauperização da agricultura de subsistência e garantir uma oferta elástica de mão-de-obra disponível.

<sup>5</sup> Como exemplo das limitações físicas, poderia se mencionar o relevo acidentado e montanhoso que praticamente só permite alguns bolsões de atividade agrícola concentrada, e a baixa fertilidade de parte dos solos herdada das técnicas predatórias utilizadas nos ciclos históricos de cultura de exportação.

<sup>6</sup> É preciso lembrar que na época a atividade sucro-alcooleira era protegido pelo Estado, o que levava principalmente os produtores paulistas para ampliar a sua quota de produção adquirirem usinas fora do estado, muitas vezes as fechando.

<sup>7</sup> Como destaca Wilson Cano (2008), nos últimos 15 anos, essas culturas de exportação foram bastante valorizadas na produção agropecuária nacional por diversos motivos: a eliminação de impostos; menores restrições à liberalização das exportações; o acesso internacional a crédito mais barato; a diminuição dos preços de insumos importados; sua maior reestruturação, que permitiu “defenderem-se” melhor nas épocas de valorização cambial, como no período 1994-1998; o forte estímulo de preços nas épocas de desvalorização, como a partir de janeiro de 1999; e a elevação da demanda externa graças ao “efeito China” a partir da 2002.

<sup>8</sup> Inclusive está em tramitação na Assembléia Legislativa um projeto de alteração na Lei 4063/2003 para permitir, de acordo com as condições ambientais, o plantio de florestas de eucalipto no estado

<sup>9</sup> Nesse ponto, o relatório coordenado por Alcino Câmara Neto (2005) aponta que no Norte Fluminense, a principal região agrícola do estado, já existe um sistema extenso de canais de irrigação construídos pelo DNOCS nas décadas de 1930 e 1940, bastando restaurá-los e serem feitas obras de complementação.

### Referências Bibliográficas

CÂMARA NETO, A.F. (coordenação). Alternativas de diversificação para o desenvolvimento econômico regional: o caso do Norte Fluminense pós-royalties. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005 (relatório de pesquisa).

CAMPO. Estudo de viabilidade de um pólo de fruticultura irrigada nas regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIRJAN, 1998.

CANO, Wilson. Desconcentração produtiva regional no Brasil 1970-2005. Campinas: Editora UNESP, 2008 (no prelo).

\_\_\_\_\_. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas: Editora UNICAMP, 2002. p.117-148.

\_\_\_\_\_. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, 4 edição. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, 1998.

CARNEIRO, Maria; TEXEIRA, Vanessa. Para além das dualidades: o rural não-agrícola no estado do Rio de Janeiro. Disponível na Internet.

<<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab267.pdf>> Acesso em 7 de março de 2007.

FAO/INCRA. Diagnóstico do sistema agrário do município de Campos dos Goytacazes (RJ) e propostas de desenvolvimento agrícola dirigidas à agricultura familiar. Brasília: Projeto de cooperação técnica FAO/INCRA, 1997.

FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro, 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GUANZIROLI, Carlos; SABBATO, Alberto Di. Agricultura fluminense: 25 anos de fusão. In: AMÉRICO FREIRE, C.E.; MOTTA, M.S. (organizadores). Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.187-217

IDEG. O aproveitamento das potencialidade econômicas do novo estado do Rio de Janeiro: contribuição para uma estratégia de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: IPEA, 1976.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis – uma Reflexão em Busca de Auto-estima. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

LOBO, Eulália. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MONIÉ, F. Petróleo, industrialização e organização. PIQUET, R. (organizadora). Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.257-285.

PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da Nação. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, 1998.

PEDROSO, José. Problemas vitais do estado do Rio. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, R. (organizadora). Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.219-238.

SILVA, Robson. Rio de Janeiro: crescimento, transformação e sua importância para a Economia Nacional (1930-2000). *Dissertação de Mestrado*. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, outubro 2004.